

Fernando Molica

Dragão do BRB queima cidadãos

Devotos ou não de São Jorge, moradores da capital federal têm que enfrentar um dragão, o buraco de R\$ 5 bilhões — cerca de R\$ 1,6 mil para cada cidadão. É o valor que o governo distrital terá que desembolsar para salvar o BRB e manter sua participação societária no banco.

Para arrumar esse dinheiro, o governo vai ter que dar cambalhotas, pedir empréstimo, ofertar no mercado a grana que tem a receber de devedores. Mas a população é que terá os bolsos queimados pelas chamas do dragão cultivado na administração do ex-governador Ibaneis Rocha (MDB).

O réptil do DF foi ninado, embalado e alimentado pelas operações feitas pelo BRB para fortalecer o bando de monstros cevado por criadores liderados por Daniel Vorcaro no seu Banco Master.

Os monstros de Vorcaro enriqueceram muita gente, foram transformados em contratos generosos, em caronas aéreas, em projetos de lei, em imóveis luxuosos para o presidente do BRB. Um dos bichos virou o tal do dragão que cresceu escondido, maquiado pelos mecanismos que queimam dinheiro público, e que, agora assola o contribuinte do DF.

A conta do descalabro também vai sobrar para os funcionários públicos do DF, que vão ter que entrar na vaquinha para salvar BRB. Afinal, o Iprev (Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal) tem 18,73% das ações ordinárias do banco (o governo é proprietário de 56,48%; as 13,55% restantes são da Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do BRB).

O BRB é um dos sobreviventes da ninhada de dragões formada por bancos ligados a governos estaduais que, na prática, funcionavam como finan-

ciadores dessas administrações. Era mole para um governador rolar dívidas quando ele mandava num banco, muitos quebraram, e acabaram sendo extintos, privados ou federalizados e, em seguida, privatizados. O Banerj, do Estado do Rio, foi transformado em dois: a parte podre ficou com o governo; a boa foi vendida para o Itaú.

O Master nasceu e cresceu apoiado em relações com os três poderes da República e em dois pilares moveções: o Fundo Garantidor de Créditos e entes federados: estados, municípios e o DF.

Espécie de seguro mantido pelos próprios bancos, o FGC servia de aval para pequenos e médios investidores que investiam até R\$ 250 mil em papéis do Master.

Já estruturas públicas adoravam aplicar dinheiro alheio — do contribuinte, em especial, dos servidores — na organização de Vorcaro.

O esquema era tão evidente, absurdo e arriscado que não ouvimos falar de grandes empresas que tenham sido prejudicadas pela quebra do Master; elas sabiam que não poderiam botar dinheiro naquela fantasia.

É preciso dar nome aos dragões: os prejuízos não são do DF, ou do Amapá, ou do Estado do Rio, mas de pessoas físicas, especialmente aposentados e pensionistas que vão rachar a conta. A eventual entrada do governo federal apenas democratizará o prejuízo.

É preciso investigar e punir todos os responsáveis pela quebra; e não vale apenas prendê-los. Eles têm que pagar pelo prejuízo de causaram. São Jorge vai ter que se desdobrar, talvez haja falta de lanças e de cavalos para dar conta de tantos dragões, mas isso é fundamental.

Tales Faria

Resistência dos Bolsonaro a Tereza Cristina é temor de impeachment

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus filhos já explicaram ao presidente do PL, Valdemar da Costa Neto, o porquê de resistirem ao nome da senadora Tereza Cristina (PP-MS) como vice na chapa presidencial do senador Flávio Bolsonaro.

Valdemar disse com todas as letras a alguns aliados no partido: “O problema da senadora é que ela é boa demais. Mas para o centrão.”

Segundo ele, foi o próprio Bolsonaro quem lhe passou essa avaliação. O ex-presidente teme que, na Vice-Presidência, ela sirva como um “cavalo de troia” do centrão, da mesma forma que o ex-vice-presidente Michel Temer teria funcionado no governo de Dilma Rousseff (PT).

Vice de Dilma desde a eleição de 2010, Temer foi reeleito presidente do maior partido do país, o PMDB, em março de 2016. Em maio, foi empossado interinamente na Presidência da República, cargo que exerceu até ser substituído por Jair Bolsonaro, em janeiro de 2019.

Os petistas o chamam até hoje de “golpista” e afirmam que ele comandou as articulações pelo impeachment da então presidente da República.

Tereza Cristina teria base de apoio até maior do que Michel Temer caso se rebelasse. Ex-ministra da Agricultura e ex-presidente da bancada ruralista, caso se rebelasse, contaria com 300 deputados e 47 senadores ligados ao agronegócio. Além da direita moderada e parte da esquerda com quem tem bom trânsito, inclusive como ex-líder do PSB.

Sempre que perguntada sobre ser vice, a senadora desvia o assunto. Responde que Flávio Bolsonaro nunca a chamou para conversar. Ela já até esteve em

eventos do agronegócio junto com o pré-candidato sem que se tocasse no assunto.

Flávio, inclusive, cometeu a gafe de chamá-la de “vovozinha”, embora a senadora tenha 71 anos e ele fará 45 no próximo dia 31. Idade para ser filho, não neto. Mas o senador tentou consertar dizendo que ela parecia muito com sua avó.

A senadora, na verdade, almeja se tornar presidente do Senado na sucessão de Davi Alcolumbre (União-AP). Ela acredita ter boas chances se o PL e o centrão formarem, juntos, uma grande bancada. Neste caso, avalia que sua moderação em relação aos bolsonaristas também lhe dará chances de suceder Alcolumbre caso Lula se reeleja.

O problema é que, justamente por não integrar o grupo de bolsonaristas raiz, Tereza não conta com a confiança total do clã. Os Bolsonaro sabem que a chamada “Faria Lima” não morre de amores por eles. O governo Jair Bolsonaro não entregou as promessas de campanha do “Posto Ipiranga” Paulo Guedes, economista ultraliberal que assumiu o Ministério da Economia.

A expectativa da elite empresarial e dos militares era de tutelar o então presidente, mas isto não ocorreu, nem mesmo quando ele entregou mais poderes ao centrão no Congresso.

Seu filho Flávio repete as mesmas promessas e fala que, caso eleito, subirá a rampa do Palácio do Planalto com o pai. Dá a entender que Jair Bolsonaro voltará a governar o país.

Uma vice com trânsito na Faria Lima, no agro e com bancada forte poderia ser um verdadeiro chamariz para o impeachment.

Vinícius Lummertz*

Brasil Open for Business

O Brasil construiu, ao longo das últimas décadas, um modelo que dilui a responsabilidade até torná-la praticamente invisível, criando um ambiente em que licenciamentos que deveriam levar meses passam a se arrastar por seis, oito ou até dez anos, frequentemente interrompidos por embargos sucessivos, muitas imprevisíveis ou mudanças de interpretação normativa, de modo que, entre o projeto e a entrega, perde-se não apenas tempo, mas o próprio sentido do desenvolvimento, sem que exista um responsável claro pela obra que não saiu, pelo emprego que deixou de ser criado ou pela renda que não circulou.

Há, nesse processo, uma dimensão pouco discutida, que é a moral do tempo, porque, em países mais eficientes, decisões dentro de prazos razoáveis geram empregos, renda e mobilidade social, enquanto no Brasil esse ciclo é interrompido antes mesmo de começar, já que a face burocrática do Estado, dispersa em um volume extraordinário de normas que se acumulam ao longo do tempo, transforma o ato de decidir em risco e faz da inação a escolha mais segura. Desde a Constituição de 1988, o país editou mais de 7,8 milhões de normas, numa média próxima de 860 por dia útil, o que revela não apenas complexidade, mas uma cultura de sobreposição regulatória que compromete a previsibilidade.

O resultado é um sistema que consome inteligência em vez de organizá-la, o que é particularmente contraditório em um país cuja população é criativa, adaptável e empreendedora, mas que precisa direcionar sua energia para sobreviver a um ambiente de incerteza regulatória e judicialização, em vez de convertê-la em produtividade e expansão.

Os números revelam a dimensão do problema. O país poupa cerca de 14% do PIB, muito abaixo dos cerca de 40% da China, convive com mais de 87 milhões de brasileiros inadimplentes e apresenta crescimento médio pouco superior a 1% ao ano nas últimas duas décadas, com produtividade praticamente estagnada, avançando menos de 1% ao ano. Ao mesmo tempo, estima-se que cerca de R\$ 1,7 trilhão em investimentos permaneçam travados em licenciamentos, insegurança jurídica e entraves regulatórios, um volume que, se convertido em projetos, teria impacto direto sobre emprego, renda e arrecadação.

Não se trata de falta de talento ou de recursos, mas de desor-

ganização sistêmica. No campo ambiental, por exemplo, o problema não está na proteção, que é legítima e necessária, mas na fragmentação de regras e na sobreposição de competências entre União, estados e municípios, que frequentemente se esbarram, gerando insegurança jurídica e ampliando prazos e custos, sem ganhos proporcionais de qualidade ambiental.

Essa realidade tem implicações que vão além da economia. Há um sentido moral no desenvolvimento, porque o que está em jogo é a capacidade das pessoas de melhorar de vida, formar patrimônio e alcançar a classe média, e esse é o desejo central das famílias brasileiras. Quando o país falha em criar as condições para isso, não estamos mais tratando apenas de ineficiência, mas de uma falha na organização das oportunidades.

Diferentemente de outras nações, o Brasil não enfrenta bloqueios geopolíticos que limitem seu crescimento. Trata-se de um país estável, com escala, recursos e mercado, mas que reduz o potencial de investidores nacionais e internacionais ao manter um ambiente que dificulta decisões e inibe investimentos.

Em um momento em que o mundo reorganiza fluxos de capital e cadeias produtivas, o Brasil deveria afirmar com clareza algo simples e decisivo: Brasil open for business, não como slogan, mas como compromisso concreto com previsibilidade, eficiência e capacidade de execução, o que exige inverter a atual agenda marcada pela inércia regulatória e pela fragmentação decisória, ao mesmo tempo em que se reforçam investimentos em educação e desenvolvimento humano para sustentar um novo ciclo de produtividade.

Nada disso, porém, ocupa o centro do debate eleitoral. Sem exigência organizada da sociedade, não se constrói mandato para reformas, e sem reformas o país continuará desperdiçando seu potencial. Em um país com as condições do Brasil, crescer, elevar a produtividade e ampliar oportunidades não é apenas uma agenda econômica, mas um imperativo moral, e é justamente por isso que essa discussão precisa entrar no centro das eleições, para que o país possa, enfim, se abrir para o seu próprio futuro. A sociedade tem que falar.

*Vinícius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.